



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO
AO VAREJO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, REALIZADA NA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas e dez minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente da Alems e coordenador da Frente Parlamentar em Apoio ao Varejo de Comércio e Serviços em Mato Grosso do Sul, foi realizada a segunda reunião da Frente Parlamentar em Apoio ao Varejo de Comércio e Serviços de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Boa tarde a todos! Sejam todos muito bem-vindos! Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, declaro aberta a presente reunião da Frente Parlamentar em Apoio ao Varejo de Comércio e Serviços de Mato Grosso do Sul. Estamos ao vivo pela TV Alems, canal 7.2 da TV aberta; pela Rádio Alems, conectada à Rádio Senado, na frequência 105,5 MHz; pelo canal fechado para Dourados e Três Lagoas; e também por nossas plataformas digitais. Informamos que estarão disponíveis, no site da Alems, os registros feitos pelos fotógrafos oficiais e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. Hoje teremos a apresentação de dois encaminhamentos importantes feitos pela nossa presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL). O primeiro deles é a "Viabilidade de Criação de Nova Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em Campo Grande". O segundo tema, que também está pautado para a nossa reunião, é o "Aperfeiçoamento Normativo da Lei Federal nº 9.099/1995, do Juizado Especial". Teremos, ainda, os informes gerais e a posse de novos integrantes da Frente Parlamentar. A Frente Parlamentar tem um papel importante no Legislativo Estadual, que é fazer exatamente o que nós estamos fazendo hoje: ser a ponte entre a sociedade civil organizada e o Legislativo Estadual, para que a gente possa discutir encaminhamentos, ações e, dessa forma, dar respostas a questões que, muitas vezes, são discutidas *in loco*, na entidade, na associação ou em uma empresa, e que precisam de encaminhamentos legais. A Assembleia Legislativa tem esse papel, além de propor políticas públicas, de ampliar o debate e aproximar a sociedade do poder público estadual. Então, para dar início aos trabalhos, vamos começar dando posse aos novos integrantes. Chamo aqui, representando o Sescon/MS, como titular, Aurivam Gomes Monteiro, para assinar o termo de posse. Convido o representante do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul (CRC/MS), senhor Josemar Battisti. Quero convidar, também, para assinar o termo de posse, o representante do Conselho



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

Regional de Administração de Mato Grosso do Sul, como titular, Luiz Gomes, e, como suplente, Roberto Cunha. Quero convidar, representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Paulo César do Amaral; representando o Sindsuper, Edmilson Jonas Verati; representando a Semadesc, convido o senhor Augusto Ferreira. Convido, ainda, o suplente do Sindsuper, Denilson Queiroz Prado. Dando continuidade a esta reunião de trabalho, passo a palavra para nossa presidente da FCDL, Inês Santiago.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da FCDL/MS) — Obrigada, deputado. Boa tarde a todos. Primeiramente, quero agradecer a presença de cada um de vocês, que deixaram seus afazeres para estar aqui, para que esta união realmente possa surtir frutos, pois nós precisamos, de fato, da presença de todos os segmentos do varejo de comércio de bens e serviços de Mato Grosso do Sul. Eu até falava, ali, na entrevista que dei para a TV Alems, deputado, que aquelas entidades que, por acaso, ainda não estão aqui conosco se apresentem, porque, muitas vezes, pessoal, e vocês mesmos podem convidá-las. Muitas vezes isso passa por nós. O Sindsuper está aqui conosco, graças a Deus; o Creci também; a Sescon; o CAU, que virá tomar posse também. São entidades que, em novembro, não estavam conosco e que hoje estão. Aliás, parabéns e obrigada pela confiança na Frente Parlamentar. O deputado Renato Câmara é o nosso presidente, e foi quem abraçou essa ideia que surgiu como uma sugestão da Federação das CDLs de Mato Grosso do Sul. Esta é uma Frente do varejo de Mato Grosso do Sul, tanto do comércio de bens quanto de serviços. Hoje, deputado, eu trouxe estas duas pautas porque esta é a nossa primeira reunião, mas já quero adiantar que gostaria muito que os senhores e as senhoras já fossem pensando em quais serão as pautas da nossa próxima reunião, quais serão as dores que nós vamos colocar em debate e em deliberação, para que a gente efetivamente possa avançar, fortalecer as nossas empresas, fortalecer o nosso varejo e realmente caminhar para um desenvolvimento mais sólido do varejo sul-mato-grossense. Então, eu trouxe estas duas pautas a título de sugestão, porque são dores que eu entendo que precisamos levar aos órgãos competentes para resolver, mas já quero que os senhores e as senhoras pensem quais serão as nossas próximas pautas, para que saíamos daqui hoje alinhadas com elas. Deputado, a primeira pauta que eu trago aqui é a viabilidade de criação de nova serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em Campo Grande. Vou pedir licença, deputado, para passar aos senhores, inclusive ao senhor, a pauta. Os senhores e as senhoras receberam esse documento, essa nota técnica, juntamente com o convite. Ela foi enviada para que pudesse ser apreciada pelos senhores e senhoras agora. Essa pauta visa ao levantamento de um estudo para que a gente possa considerar a viabilidade da criação de um novo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em Campo Grande. Trata-se de uma proposta, senhores, de caráter estrutural, voltada à modernização do ambiente de negócios em Campo Grande, à desburocratização,

à melhoria da eficiência registral e ao fortalecimento da segurança jurídica das nossas entidades. Todos aqui que pertencem a uma entidade sabem que o registro em cartório viabiliza a regularidade dos nossos mandatos, legitima a nossa representação junto aos órgãos públicos e também às entidades privadas, possibilita a celebração de convênios, a participação em conselhos, a obtenção de certidões, a assinatura de contratos, a representação judicial e extrajudicial, a segurança dos nossos processos eleitorais internos, a prorrogação de eventual mandato nas nossas entidades, além de contribuir para a governança institucional. Então, vejam a importância gigantesca de termos uma serventia registral que efetivamente atenda à nossa demanda. O que nós temos observado nos últimos tempos, e também ouvido de algumas entidades representativas do varejo, é que um único cartório para atender quase um milhão de habitantes, número que Campo Grande já alcançou, não tem sido suficiente para atender essa demanda. Assim, temos recebido reclamações de pedidos de registro protocolados em cartório que levam seis meses, às vezes até um ano, para serem concluídos. Com isso, já tivemos situações práticas — inclusive, acho que há uma situação envolvendo alguém que está aqui e até gostaria de passar a palavra para essa pessoa — em que houve bloqueio de conta corrente, deixando a entidade impossibilitada de movimentar seus recursos, de assinar contratos e, enfim, institucionalmente impossibilitada de existir. Então, vejam: nesse estudo que eu trouxe, fiz um levantamento comparando Campo Grande com cidades que possuem número semelhante de habitantes ao nosso, justamente para verificar qual é essa realidade fora de Mato Grosso do Sul, fora de Campo Grande. Na verdade, estou falando especificamente de Campo Grande, pessoal. Por exemplo, trouxe aqui Curitiba, que tem um milhão e oitocentos e trinta mil habitantes e conta com quatro cartórios para atender essa demanda. Campinas tem um milhão e cento e noventa mil habitantes e possui dois cartórios. E agora todas as cidades que vou citar se assemelham muito a Campo Grande. São Luís do Maranhão, com um milhão e oito mil habitantes, possui dois cartórios para atender a demanda. Campo Grande, com quase um milhão de habitantes, tem apenas um único cartório. Florianópolis tem quinhentos e setenta e seis mil habitantes, portanto, cerca de metade da população de Campo Grande, e conta com um cartório. Vitória tem trezentos e vinte e três mil habitantes e também possui um cartório. Isso significa que capitais com um terço da população de Campo Grande, ou mesmo com metade da nossa população, como é o caso de Florianópolis, contam com um cartório para atendê-las. Já nós temos uma demanda muito próxima da existente, por exemplo, em São Luís e em Campinas, cidades com cerca de um milhão de habitantes, mas que dispõem de dois cartórios para atender suas entidades. Então, por essa razão, senhores, é que eu trouxe esta proposta. Claro que não se trata de nenhuma crítica institucional à serventia delegada pelo Poder Judiciário, que hoje é exercida pelo 4º Ofício. Evidentemente, não se trata de uma crítica, mas, sim, de reconhecer que

Campo Grande cresceu e hoje apresenta uma demanda muito maior. As nossas entidades representativas também cresceram. Janine, quantas entidades já temos na Frente Parlamentar? Umas quarenta, cinquenta por aí, e ainda não está completa. Então, vejam: além desse aspecto das entidades, temos também, senhores, as sociedades simples de pessoas físicas, que igualmente são registradas no mesmo cartório. Assim, se eu, profissional liberal, deputado, quiser abrir uma sociedade simples com um colega advogado, por exemplo, vou até esse mesmo cartório fazer o registro da minha sociedade. Vejam que é um único cartório para atender toda essa demanda que nasce de uma cidade com um milhão de habitantes. Por isso, entendemos que existe uma demanda muito grande, decorrente de uma Campo Grande que cresceu, enquanto o aspecto registral, na verdade, não acompanhou esse crescimento. É justamente por essa razão que fazemos essa sugestão, deputado, deixando claro, inclusive, que propomos a realização de um estudo, porque essa matéria passa, evidentemente, pelo Tribunal de Justiça. Afinal, trata-se de um serviço delegado pelo Tribunal de Justiça, cabendo à Corregedoria a fiscalização dessa atividade. Eu até gostaria de ouvir, depois, o meu amigo e vice-presidente da Federação, Edmilson Verati, que falou muito bem ali fora. Conversávamos, Edmilson, sobre a eficiência do serviço que temos hoje, porque talvez não seja, necessariamente, a hipótese de abertura de mais um cartório, mas sim o caso de buscarmos maior eficiência no cartório existente, o que, até o momento, não tem acontecido. Pessoalmente, não acredito muito nessa hipótese. Nós temos aqui uma situação envolvendo uma moça, acho que do Sindsuper. Ela está aí? Ela saiu. Verati, vou pedir que o senhor relate essa experiência que ela está tendo com o registro da ata da eleição dela, salvo engano foi isso que ela me relatou, e que possa colocar o seu olhar sobre essa situação. Também é importante que todos os senhores presentes tragam a sua visão sobre esse tema.

SENHOR EDMILSON JONAS VERATI (Sindsuper) — Boa tarde a todos. Deputado, obrigado por nos receber aqui na Casa. O que acontece hoje, o que está acontecendo, é que fazemos reunião com o jurídico e com a parte técnica do cartório, recebemos orientação sobre como as atas devem ser elaboradas e constituídas, fazemos exatamente da maneira que eles sugerem e, quando chega lá, aparece uma pendência. Aí dizem: "Não, agora muda tal coisa"; depois: "Agora muda de novo". Então, já é a quarta, quinta vez. Estamos desde meados de maio e, até agora, não conseguimos fazer o registro, porque sempre surge uma nova alteração que não havia sido indicada na reunião anterior. Nós pedimos esse estudo, porque os números mostram que a capital cresceu e, possivelmente, a criação de uma nova unidade seja uma alternativa para resolver esse problema. Entretanto, também entendemos que esses números precisam trazer transparência para a sociedade. Dentro da normativa do cartório e do prazo normativo que ele possui para entregar esses documentos, é importante saber como estão os seus

indicadores. Quantos processos entram por mês? Quantos deveriam ser entregues naquele mesmo mês e não foram? Eu vejo que, antes de aumentar o custo, precisamos medir a eficiência, tanto na magnitude das empresas quanto dessas instituições. Por isso, entendo que seria importante trazer à luz essas informações, que não foi possível levantar junto ao cartório, não é, presidente? Elas não foram disponibilizadas para nós. Então, que sejam apresentados, de fato, os indicadores do cartório: como estão esses indicadores e qual é o prazo médio para entrega dos registros. Com isso, vamos conseguir medir o grau de eficiência do serviço e verificar se é o caso de mudar a forma de prestação da instituição ou, então, adotar uma segunda alternativa, que seria criar uma nova unidade de registro, facilitando e dando mais velocidade ao atendimento. Acho que todas as entidades, assim como as pessoas físicas e jurídicas, precisam de rapidez na tomada de decisão. Não faz sentido perdermos três, quatro, cinco meses, ou até mais, para conseguir uma regularização. Essa é a observação que eu gostaria de fazer.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Obrigada, Verati. Deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Muito bom! Presidente, essa demanda nós vamos deliberar ao final da reunião, juntamente com alguns encaminhamentos. É importante registrar essa necessidade para que possamos encaminhá-la aos cartórios e aos seus representantes. Temos, inclusive, o sindicato dos cartórios, para que a gente possa estreitar essa relação, apresentando que existe uma demanda que vem acontecendo repetidamente. Assim, por meio dessa deliberação, o documento acaba sendo encaminhado pela Frente Parlamentar, com a assinatura dos deputados, passando a ter o registro oficial da Assembleia Legislativa. Esse é um encaminhamento importante. Além disso, como sugestão, presidente, nós podemos solicitar uma agenda junto ao Tribunal de Justiça. Nós já estivemos no Tribunal de Justiça em outros momentos, discutindo também questões importantes, e podemos fazer esse encaminhamento porque aprendemos, na Assembleia Legislativa, que o documento, por si só, sempre é frio. Normalmente, é um assessor que faz a leitura, outro assessor repassa as informações ao presidente e, assim como acontece muitas vezes conosco, chegam tantos documentos que eles acabam seguindo esse fluxo. Agora, quando o documento chega acompanhado desse pronunciamento presencial, ele passa a ser um outro documento, com muito mais peso e muito mais força. Então, eu sugiro esses dois encaminhamentos, já pautando essas duas necessidades que estão sendo colocadas aqui. Aproveitando, é importante fazermos alguns registros de presença. Registramos a presença de João Francisco Bernard, representando a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) de Mato Grosso do Sul; de Dário Burda Júnior, representando a

Associação de Provedores de Internet do Mato Grosso do Sul (API/MS); de Yuri Sakimoto de Miranda, representando a Associação Sul-Mato-Grossense de Supermercados (Amas); de Leni Fernandes, representando a BPW; de Adelaido Luiz Espinosa Vila, representando a CDL Campo Grande; de Silvio Alves, do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso do Sul; de Alex Rodrigo Pereira Caseli, também do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso do Sul; de Josimar Battisti, representando o Conselho Regional de Contabilidade; de Luiz Gomes, representando o Creci; de Henrique José Fernandes, representando a Fecomércio; de Quenio Rodrigues, representando a Funtrab; de Antônio José Mote, representando o Procon; de Viviane dos Santos Lima, também representando o Procon; de Dorival Oliveira, representando a Setlog; de Cristiano Rodrigo Parmezan, representando o Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação; e de Edmilson Jonas Verati, que está aqui conosco compondo a Mesa. Feitos esses registros, devolvo a palavra à nossa presidente da FCDL, Inês Santiago.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da FCDL/MS) — Obrigada, deputado! Eu só quero destacar que, nessa nota técnica que desenvolvemos, nós já solicitamos justamente a aprovação de um requerimento ao Tribunal de Justiça e à Corregedoria de Justiça. E, como o senhor disse, é um documento que chega lá "frio", então entendo que é de extrema importância a sugestão de marcarmos uma audiência, tanto com o desembargador Renato Pavan quanto com o desembargador Ruy Celso, com quem, inclusive, já estivemos anteriormente tratando de outros assuntos. E aqui, senhores, eu até destaco que, na nota técnica que os senhores receberam, esse estudo tem justamente o objetivo de apurar exatamente o volume mensal e anual de registros de pessoas jurídicas, o volume de averbações, o tempo médio de análise da documentação, o número de exigências formuladas pelo cartório, a estrutura de pessoal dessa serventia, sua capacidade de atendimento eletrônico e digital, bem como realizar uma comparação com capitais de porte semelhante. Na própria nota técnica nós já trouxemos alguns exemplos de capitais, mas, evidentemente, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria poderão realizar esse estudo comparativo de forma mais ampla, justamente para que se tenha uma avaliação real sobre a necessidade da criação de uma nova serventia ou, então, sobre a necessidade de melhorar a eficiência da serventia que existe atualmente. O fato é que muitas entidades e muitas sociedades simples vêm sofrendo com essa demora nos prazos. O senhor Josimar pediu a palavra, deputado, se o senhor permitir. Essas entidades vêm sofrendo com essa delonga de prazo, inclusive com bloqueio de suas contas correntes e com a inviabilidade total do exercício da representação do varejo de comércio e serviços. Então, essa é a dor que eu trago aqui. E, claro, vamos encaminhar ofício à Anoreg, ao Tribunal de Justiça e à Corregedoria, além de solicitar essa audiência. Deputado, o senhor Josimar gostaria de fazer uso da palavra.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Peço à nossa equipe técnica que traga o microfone. Enquanto isso, quero passar a palavra ao Luiz Gomes, do Creci/MS, para fazer as suas considerações, enquanto resolvemos essa questão técnica.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — Boa tarde a todos! Primeiramente, gostaria de agradecer o convite, deputado, para que o Creci/MS passe a compor esta Frente Parlamentar. O ambiente de negócios depende de três pilares básicos: desburocratização, segurança jurídica e celeridade. E é justamente isso que estamos debatendo aqui hoje. Quero aproveitar para trazer um relato até pessoal sobre a questão dos cartórios. Eu moro ali na Vila Nascente, próximo daqui, e estamos tentando, há oito meses, regularizar a criação da nossa associação de moradores. O mandato da diretoria eleita já está chegando ao fim e nós ainda não conseguimos criar oficialmente a associação. Quero lembrar a todos que, há algum tempo, quando o serviço cartorário era monopolizado e permanecia nas mãos de poucas famílias, era exatamente essa a realidade que vivíamos em nossa cidade. O serviço dos cartórios melhorou depois da realização dos concursos públicos, quando os cartórios de notas passaram a ser conduzidos por profissionais devidamente qualificados e habilitados. Vieram os notários e elevaram o nível da prestação dos serviços notariais. Da mesma forma aconteceu com os cartórios de registro. Antes, também éramos muito maltratados e submetidos às regras impostas pelos donos dos cartórios, que eram os antigos coronéis da nossa cidade. A partir do momento em que esse serviço foi regulamentado e novos registradores assumiram as serventias por meio de concurso público, demonstrando toda a capacidade técnica necessária para exercer a função, a qualidade dos serviços prestados pelos cartórios de registro melhorou significativamente. Tudo aquilo que permanece nas mãos de um monopólio acaba nos submetendo à vontade de quem é detentor do monopólio. E hoje o registro das pessoas jurídicas está sobre o jugo de apenas uma pessoa e não tem jeito, nós temos que nos submeter, porque precisamos passar ali; somos obrigados a ir ali. Então, é muito salutar, presidente Inês, essa proposição. O Creci está à disposição e pronto para estar junto tivemos juntos na campanha lá contra o IPTU, fomos na Câmara, foi uma honra estar ao seu lado ali discursando e mais uma vez aqui estamos juntos à disposição; o Creci é totalmente a favor da desburocratização de serviço, da celeridade de serviço e nós precisamos caminhar com rapidez. Só assim nós teremos maiores e melhores ganhos. É isso. Muito obrigado. Conte conosco. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Obrigado, Luiz Gomes. Agora dando continuidade, passo a palavra ao Josemar, para fazer as suas considerações.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

SENHOR JOSEMAR BATTISTI (presidente do CRC/MS) — Deputado, obrigado por nos receber aqui. Em seu nome, quero cumprimentar a Mesa, já nominada, e desejar boa tarde a todos os participantes. Inês, muito obrigado pelo convite ao Conselho Regional de Contabilidade para fazer parte desta Frente e agradeço a concessão da palavra. Eu trago uma preocupação que é de todo o Estado. Como presidente do CRC, tenho percorrido o Mato Grosso do Sul e a reclamação é sempre a mesma. A Junta Comercial tem se atualizado para que a abertura de empresas ocorra em um lapso temporal de, no máximo, três dias. Entretanto, os nossos cartórios não evoluíram, e as pessoas jurídicas já não têm mais tempo para esperar. Uma vez constituída a nova diretoria, ela depende desse registro para movimentar suas contas bancárias e praticar todos os atos legais. E aí, como é que nós ficamos diante das instituições bancárias? A vida continua: há salários para pagar, tributos para recolher, e a nova diretoria fica impedida de exercer suas funções simplesmente por falta do registro. Então, eu entendo que todos os cartórios estão cumprindo o prazo de até vinte dias que possuem, mas não estão preocupados em verificar se é possível ou não antecipar esses registros quando se trata das entidades. Por isso, considero que essa eficiência precisa ser avaliada em nível estadual, porque temos percorrido o interior e encontrado exatamente o mesmo problema. Os contadores, que geralmente somos os interlocutores entre as entidades e as pessoas jurídicas, temos sofrido muito com essa situação. Não dá para, em plena era da inteligência artificial, continuarmos submetidos a um sistema de registro que ainda funciona como na época do manuscrito. Obrigado. Minha contribuição era justamente nesse sentido: o interior padece do mesmo problema. Obrigado, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA — Republicanos (coordenador) — Fica encaminhada a sua reclamação. Ela é importante e necessária. Devolvo a palavra à nossa presidente para fazer o próximo encaminhamento.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Eu quero agradecer ao Creci e também ao Conselho Regional de Contabilidade, além de destacar a importância de esta Frente realmente contemplar todos os segmentos, porque, às vezes, achamos que a dor é só nossa, quando, na verdade, estamos todos padecendo dos mesmos problemas, apenas sem saber disso. Hoje mesmo ouvimos o relato do Sindsuper enfrentando essa dificuldade. O senhor, enquanto presidente do Conselho Regional de Contabilidade, tem presenciado isso com frequência. O Creci, por sua vez, está tentando regularizar uma associação cujo mandato já está terminando, depois de oito meses, e ainda não conseguiu concluir o registro. O presidente Adelaido, quer falar?

SENHOR ADELAIDO LUIZ SPINOSA VILA (CDL/Campo Grande) — Boa tarde, deputado. Boa tarde a todos que estão aqui presentes nesta importante Frente

Parlamentar. Quero dizer que, lamentavelmente, colega, nós saímos da mão dos coronéis para a dos capitães. Mas eu fico muito feliz, deputado, com a sua coragem, porque o senhor está trazendo problemas para si. Se o senhor quisesse passar sem nenhum problema, certamente não seria esta Frente Parlamentar que iria ajudá-lo nesse sentido. Então, nós vamos trazer para este espaço as dificuldades que enfrentamos. Assim como tenho acompanhado, por exemplo, a Frente Parlamentar do Leite, que tem sido um sucesso por promover uma discussão extremamente importante para o setor produtivo do leite, mas também para a alimentação dos sul-mato-grossenses, vejo que esta Frente Parlamentar cumpre exatamente esse papel: trazer essas discussões, apresentar essas problemáticas e, principalmente, contribuir para o aperfeiçoamento de um estado que busca um desenvolvimento cada vez maior. Hoje, somos aprisionados por todo o processo burocrático. Precisamos dar mais vazão a tudo aquilo que as empresas precisam fazer e também ao que as entidades necessitam realizar. Costumamos dizer que, quando alguém se filia a uma entidade, também está blindando o seu CNPJ, porque ali existe a preocupação permanente de preservar a imagem e a regularidade dessa instituição. Essa é a importância de se filiar a uma entidade representativa de determinado setor. Mais importante ainda é termos uma voz dentro da Assembleia Legislativa, permitindo que as entidades capitaneiem todas essas dores dos seus segmentos e as tragam para este Parlamento. Deputado, só para o senhor ter uma ideia, a CDL Campo Grande levou cerca de um ano e três meses para conseguir registrar algo que é totalmente legal. Nesse período, tivemos contas com dificuldades, algumas até bloqueadas, e, muitas vezes, tivemos que honrar o pagamento dos funcionários com recursos do próprio bolso dos presidentes e diretores, apenas para manter a casa funcionando. Tudo isso aconteceu porque há pessoas que, simplesmente, não estão nem aí para o setor produtivo. Isso é lamentável. Por isso, contamos realmente com o apoio desta Casa para que essa voz chegue ao nosso Poder Judiciário e para que possamos encontrar um olhar diferente sobre essa realidade. Na verdade, o que estamos pedindo aqui é muito simples: que não atrapalhem o setor produtivo. É só isso. Não estamos pedindo favor, não estamos pedindo privilégio algum. Estamos apenas pedindo que não atrapalhem o setor produtivo. Logicamente, nós não somos defensores da ilegalidade. Queremos que tudo aconteça de forma absolutamente legal, mas o jogo precisa ser claro. Eu não posso estar disputando uma partida de futebol e, quando volto com o resultado, alguém dizer: "Não, espera aí, era basquete". Toda hora a regra muda. Acho que a legislação deve ser única, mais clara e mais didática. E o profissional que está ali precisa nos ajudar, e não acabar se tornando um empecilho. Obrigado, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Quero passar a palavra ao Luiz Gomes, para que faça uma consideração e apresente uma contribuição.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — Eu gostaria apenas de deixar mais uma contribuição, pegando uma carona. Já que vamos procurar o Tribunal de Justiça para tratar da questão dos cartórios, gostaria também que levássemos a discussão sobre o valor das escrituras praticadas em Mato Grosso do Sul.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Essa é uma dor, senhor Luiz, sobre a qual a Federação das CDLs de Mato Grosso do Sul atuou muito fortemente no ano de 2023. Naquela ocasião, tivemos uma legislação — que, na verdade, é de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça — relacionada ao aumento dos emolumentos. A Federação travou essa luta, não exatamente contra os cartórios, porque o que acontece é que grande parte da população de Mato Grosso do Sul, deputado, não sabe que, quando você deixa cem reais no cartório por qualquer tipo de serviço, quarenta reais, ou seja, 40% desse valor, destinam-se à manutenção do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral do Estado e do Tribunal de Justiça. Então, vejam: nós temos, na verdade, um dos Poderes Judiciários mais caros do país. E, quando essa lei foi criada, lá em 1990, ela tinha como objetivo implantar os Juizados Especiais em Mato Grosso do Sul. Assim, deputado, criou-se esse emolumento nos cartórios, porque, muitas vezes, o cartório leva a fama de prestar serviços muito caros, mas ele fica com 60% do que nós pagamos lá. E desses 60% ele tem que tirar todo o custo da operação e ter lucro, porque, afinal de contas, ele é uma atividade delegada, mas também é uma atividade privada que precisa dar lucro. Os 40% restantes vão, de modo geral, para esses organismos que eu acabo de falar, essas instituições. Quando foi criado o Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Funjecc), ele foi criado para instalar os juizados. Pois bem, os anos se passaram, os juizados foram instalados em todo Mato Grosso do Sul, mas essa verba nunca deixou de ser cobrada nos cartórios. E aí, Luiz, esse foi o ponto que eu abordei lá em 2023, quando o Tribunal encaminhou uma legislação para esta Casa aprovar, uma legislação que, havia muito tempo, o Tribunal vinha tentando aprovar. O que nós conseguimos, na época, foi realmente fazer com que cada uma dessas instituições reduzisse em 33% o seu repasse. Assim, a gente avançou para que toda a população de Mato Grosso do Sul passasse a pagar 33% a menos. Nós estamos perdendo, nós temos uma evasão de escrituras públicas para o Paraná, para São Paulo e para Goiás. Por quê? Porque uma escritura pública que nós pagamos em Mato Grosso do Sul, de um imóvel simples — vou falar de um imóvel de duzentos e cinquenta mil reais, que é um imóvel simples, não é um imóvel de luxo — chega a custar, em Mato Grosso do Sul, algo em torno de cinco a seis mil reais, enquanto, no Paraná, essa mesma escritura, senhores, é feita por dois mil reais. Então, nós temos uma evasão gigantesca de escrituras. O registro não, porque o registro tem que ser feito na sede do imóvel, e está aí o Creci; quem sou eu para

falar sobre esse assunto? Mas o registro tem que ser feito na sede do imóvel, então não dá para fugir do registro, deputado. Já as escrituras, nós temos uma evasão em razão desse alto custo cartorário. E esse alto custo se deve a essa anomalia, vamos dizer assim, porque, uma vez instalados os juizados, esse valor já cumpriu a sua finalidade. Não haveria de a população sul-mato-grossense continuar pagando serviços tão caros, porque todos esses órgãos — os senhores hão de concordar comigo — já estão previstos dentro do orçamento de Mato Grosso do Sul. O funcionamento do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública já conta com orçamento próprio. Então, não vemos nenhuma razão para que isso continue existindo. Foi essa a defesa que nós fizemos em 2023. Houve uma certa retaliação à nossa Federação, mas isso faz parte da coragem de efetivamente exercer uma função que nos coloca, realmente, numa posição em que precisamos ter coragem de falar. Não precisamos brigar com ninguém, nem ser agressivos, mas precisamos nos posicionar sobre aquilo que entendemos que é justo para o nosso empresário e para o nosso trabalhador, e também sobre aquilo que não é justo. Então, foi essa a nossa posição em 2023.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — E agora nós temos ainda outra anomalia acontecendo. Ao fazer a escritura fora e trazer essa escritura para Campo Grande para ser registrada, uma nova taxa agora está sendo cobrada pelo Cartório de Registro.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Não estou sabendo.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — E um outro detalhe: eles olham com uma lupa, onde a letra fica grande, e passam um "pente fino" para achar qualquer vírgula errada dentro dessa escritura, para não a registrar.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Nossa! Eu não sabia disso.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — Então, aproveitando que nós já estaremos... Eu acredito que seja viável já inserir essa pauta também, junto com a criação, já que é tão difícil conseguir ser ouvido e estar dentro do Tribunal de Justiça. Então, acho que nada mais justo do que já encaminhar e levar também essa...

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Essas duas, não é?

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Edmilson, era isso que ele queria.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — O Edmilson ia testemunhar exatamente essa situação, deputado, que o Luiz acaba de colocar. Se você quiser falar, Edmilson.

SENHOR EDMILSON JONAS VERATI (Sindsuper) — Então, o Estado conseguiu achar uma saída, não aumentando no ato da escritura — ainda compensa fazer a escritura fora —, entretanto, no ato do registro, que tem que ser realizado na cidade onde está localizado o imóvel, passou a existir uma tarifa que chega a um valor que praticamente faz deixar de compensar a realização da escritura fora. Assim, criaram um atalho de cobrança no momento do registro. Além disso, de fato, a burocracia para registrar uma escritura feita fora do estado, mesmo sendo preço por preço, é muito maior do que a de uma escritura feita aqui dentro. Então, a regra do jogo não está sendo muito igual para todo mundo.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Mas essa taxa, Edmilson, está regulamentada? Existe uma legislação que a regulamentou?

SENHOR EDMILSON JONAS VERATI (Sindsuper) — Presidente, eu não sei lhe dizer. Acredito que seja estadual. Toda essa questão relacionada aos cartórios acredito que seja objeto de regulamentação estadual.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — Com certeza está regulamentada. Com certeza isso foi aprovado, mas eu também confesso que não sei lhe dizer qual é essa lei ou qual foi essa regulamentação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Um dos encaminhamentos que vamos adotar é acionar a nossa assessora jurídica para que ela possa fazer essa busca e verificar quais são as regulamentações relacionadas a esse ponto que está sendo discutido aqui. Dando continuidade, quero passar ao próximo tema, que é o aperfeiçoamento normativo da Lei nº 9.099/1995, quanto à apreciação do pedido de justiça gratuita formulado no recurso nominado.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Obrigada, deputado. Senhoras e senhores, esse é um tema bastante ousado para ser trazido à Frente Parlamentar, mas eu acredito que as mudanças só acontecem com coragem e ousadia. A Lei nº 9.099, que é a lei que regula os Juizados Especiais — dos quais acabamos de falar e que foram implantados com recursos nossos — é uma lei federal e, portanto, essa alteração não poderia ser feita em nível estadual. Então, de pronto, já deixo isso claro aos senhores: o que nós queremos aqui é fazer um

encaminhamento, por meio da nossa Assembleia, da nossa Frente Parlamentar e do nosso presidente Renato Câmara, para que se resolva uma anomalia que acontece dentro dos juizados. Eu já tive a oportunidade de levar essa situação ao presidente Renato Pavan e também ao presidente da supervisão dos Juizados, desembargador Odemilson Fava. Já estive com ele e levei um documento assinado sobre esse assunto, mas isso em nome da Federação, e não em nome da Frente. A Frente, evidentemente, é um organismo muito mais forte, porque contempla todos nós, e entendo que precisamos, sim, levar essa colaboração ao Tribunal de Justiça e procurar buscar uma solução. Vou explicar rapidamente aos senhores o que acontece. Quando, no Juizado, o juiz de primeiro grau profere a sentença, ele não julga o pedido de justiça gratuita formulado na petição inicial, seja por uma empresa, seja por uma pessoa física jurisdicionada. Ele não julga porque a Lei nº 9.099 não autoriza esse juiz a conceder ou não a justiça gratuita, uma vez que, em primeiro grau, o Juizado já assegura justiça gratuita para todos nós, pessoas físicas e jurídicas. Pois bem. No segundo grau, quando é interposto o recurso inominado, que equivale à apelação na Justiça comum estadual, a Lei nº 9.099 estabelece que, em qualquer grau de jurisdição, é possível requerer a justiça gratuita. Assim, como a parte não teve o seu pedido de justiça gratuita apreciado em primeiro grau, ela formula esse pedido no bojo do recurso inominado. Esse pedido de justiça gratuita, no recurso inominado, é dirigido à Turma Recursal, e não ao juiz singular de primeiro grau, porque, com a prolação da sentença, ele já encerrou a sua jurisdição. Entretanto, o que vem acontecendo nos nossos Juizados é algo verdadeiramente estapafúrdio. Não sei por qual razão, talvez por vaidade ou não — não sei o que acontece —, o juiz de primeiro grau acaba decidindo julgar o pedido de justiça gratuita que está endereçado à Turma Recursal. Imaginem que ele julgue esse pedido de justiça gratuita e o indefira, dizendo: "Não, o senhor não tem direito à justiça gratuita". Qual é o recurso que o jurisdicionado tem, no Juizado, para impugnar essa decisão do juiz de primeiro grau? Nenhum. Não existe, na Lei nº 9.099, recurso que permita ao jurisdicionado impugnar essa decisão do juiz singular e, com isso, cria-se um vácuo recursal, uma verdadeira anomalia. Por quê? Porque qualquer um de nós tem direito de acesso à Justiça e também o direito de impugnar uma decisão que entendemos não ser justa. Vejam, então: o jurisdicionado, as nossas empresas, não dispõem de um instrumento jurídico para impugnar essa decisão. E qual é a consequência disso? O recurso não sobe para a Turma Recursal. Assim, as razões de apelação deixam de ser analisadas pela Turma Recursal do Tribunal e, portanto, fere-se um princípio previsto na nossa Constituição Federal, que é o direito ao duplo grau de jurisdição. Todos nós temos esse direito. Todos nós, quando não concordamos com uma decisão de primeiro grau, podemos recorrer ao segundo grau. Esse é um direito assegurado pela Constituição Federal, não fui eu quem o escreveu. No momento em que o juiz singular usurpa a competência da Turma Recursal e indefere o pedido de justiça gratuita depois de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

já ter prolatado a sentença e permanecido silente quanto à justiça gratuita, não resta ao jurisdicionado nenhum instrumento para levar essa decisão ao segundo grau e ter o seu recurso, bem como as suas razões, efetivamente analisados. Eu mesma entrei, pessoalmente — mas era um processo meu, não era de um cliente — com um mandado de segurança. Como o processo era meu, eu era autora da ação, não iria arriscar a situação de um cliente, mas arrisquei a minha, deputado. Impetrei o mandado de segurança e fui condenada por litigância de má-fé. Em vinte e cinco anos de advocacia, o juiz entendeu que o que eu estava fazendo caracterizava litigância de má-fé, simplesmente porque tentei levar, por meio do mandado de segurança, essa questão à Turma Recursal, para que essa anomalia fosse corrigida. Então, vejam, isso representa um prejuízo gigantesco. O que estamos sugerindo aqui, deputado, é que possamos, por meio de uma recomendação da Assembleia Legislativa, encaminhar formalmente ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e também à Corregedoria de Justiça um pedido de abertura de estudo técnico sobre a viabilidade de análise dessa situação e da sua regulamentação. É isso que trazemos na nossa segunda pauta. Alguma dúvida? Ficou claro o que eu expus aos senhores e às senhoras?

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Alguém quer fazer alguma contribuição?

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Alguém?

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Quero passar a palavra, para fazer as suas considerações, ao senhor Dorival Oliveira, da Setlog/MS, que participa conosco aqui da Mesa de encaminhamentos.

SENHOR DORIVAL OLIVEIRA (Setlog/MS) — A Setlog/MS agradece a oportunidade de estar presente aqui com as demais instituições e, de certa forma, as nossas dores também são as mesmas. Há algum tempo, com relação às questões das serventias, tentamos constituir uma federação para aproximar o setor e trazer para o estado um pouco mais de celeridade em algumas questões relacionadas ao transporte e à logística. Entretanto, em razão da morosidade das autarquias e das instituições competentes para cancelar a fundação de uma federação, mas nós desistimos do processo. Isso demorou tanto tempo que as pessoas que iniciaram esse trabalho, em alguns casos, mudaram de estado; outras, infelizmente, perderam a vida durante o curso do processo. Então, de fato, é lamentável que instituições criadas para colaborar, para que a gente possa ter celeridade e defender os interesses de uma categoria ou da própria sociedade, acabem interferindo de tal forma que levem, não apenas ao encerramento de iniciativas, mas, muitas vezes,

impeçam até mesmo a sua criação. É aquele filho que nem chega a nascer. Portanto, as dores do nosso setor são as mesmas enfrentadas pelos demais. Quero colocar também que o transporte é um setor muito sensível, porque está ligado a todos os outros setores. Independentemente de ser comércio, indústria ou qualquer outra atividade, antes mesmo de o comércio exercer a sua atividade, ele precisa do seu estoque e, sem o transporte, neste nosso país, ele também não consegue desenvolver suas atividades. Nós estamos vivendo, neste momento, alguns problemas que gostaria apenas de trazer ao conhecimento da Mesa, porque certamente afetarão também os demais segmentos. Embora não tenham relação direta com as pautas de hoje, com certeza terão impacto na vida de todos. Uma delas é a questão da medida provisória do frete, que está vindo aí e afetará significativamente o valor da prestação do serviço, refletindo, conseqüentemente, no preço dos produtos. No fim das contas, esse custo acabará sendo suportado por toda a sociedade. Há também outra questão sobre a qual ouvi alguns comentários hoje, aqui no corredor, relacionada à prestação de serviços dentro das instituições e das empresas. Estamos enfrentando uma falta de mão de obra tão grande no nosso setor, e acredito que isso também ocorra nos demais, que já não conseguimos enxergar perspectivas para algumas funções. No ano passado, o Governo do Estado foi parceiro, juntamente com o nosso Sistema S, na implementação do Voucher Transportador. Conseguimos qualificar mais de três mil condutores de veículos, mas isso é muito insignificante diante da nossa demanda. Precisamos preencher mais de vinte mil vagas nesse setor e simplesmente não temos essas pessoas. Além disso, o setor está tão desmotivado que já não sabe onde buscar essa mão de obra. São atividades concorrentes, porque o comércio e a indústria também necessitam desses profissionais para compor seus quadros. Talvez seja uma pauta para esta comissão analisar futuramente: que os nossos Sistemas S, juntamente com o Governo do Estado, possam desenvolver alguma ação para atrair mais profissionais para dentro das instituições e do mercado de trabalho, porque, cada vez mais, os trabalhadores estão desestimulados e deixando o setor produtivo. Não sei se isso acontece em todos os setores, mas, no transporte e na logística, essa situação já é muito preocupante. Temos vagas abertas durante o ano inteiro e as empresas não conseguem retirar das portas os avisos de "temos vagas". Então, entendemos que precisamos adotar alguma medida para, no mínimo, repor a mão de obra que já nos faz falta. O nosso estado cresce acima da média dos demais e, por isso, precisamos de mais pessoas trabalhando. Fica aqui a consideração de que poderíamos sugerir ao Governo do Estado a adoção de medidas que efetivamente favoreçam a formação e a qualificação profissional, porque emprego existe — e acredito que não apenas no meu setor, mas em todos os demais. O que falta, hoje, são pessoas. Gostaria de deixar registrada essa preocupação e dizer que a nossa instituição permanece



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

à disposição para prestar maiores esclarecimentos, caso seja necessário. Gostamos muito de participar desta reunião, deputado, e estamos muito honrados de estar aqui. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Muito boa a contribuição. É importante que ela fique registrada aqui pela nossa secretária executiva, Janine. Quero, neste momento, também registrar a presença de Ana Brito, representando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e dar posse ao representante da Fecomércio, Henrique José Fernandes. Dando continuidade à nossa Primeira Reunião da Frente Parlamentar do Varejo e Serviços, passamos à etapa final dos trabalhos. Neste momento, teremos os informes gerais, oportunidade em que a comunidade e os presentes poderão fazer convites, divulgar alguma ação ou registrar alguma data importante, para que essas informações também cheguem a todos que nos acompanham pela TV Alems. Quero, então, deixar a palavra aberta para os informes gerais, começando pela nossa presidente.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Obrigada, deputado. Quero agradecer, Dorival, pela sua contribuição e também pelo relato da dor que o seu setor enfrenta com relação à questão dos cartórios. Vejam que nós não sabíamos dessa situação. Este já é o quarto testemunho, apenas nesta sala, de pessoas que estão passando pelas mesmas dificuldades. Então, essa pauta que trouxemos é extremamente pertinente, não é, deputado? Quero dizer também, deputado, que, com relação à pauta da Lei nº 9.099, a nossa nota técnica sugere, na verdade, que seja encaminhada uma proposta ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, ao Conselho de Supervisão dos Juizados de Mato Grosso do Sul, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Defensoria Pública. Essa sugestão consta ao final da nota técnica, justamente para que possamos provocar a discussão sobre a forma de regulamentar essa situação. Bom, por derradeiro, eu gostaria de pedir que todos os presentes contribuam com sugestões para a nossa próxima reunião. A Setlog já trouxe uma proposta, relacionada a uma dor que, na verdade, atinge o país de norte a sul: o problema da mão de obra. Essa não é uma dificuldade apenas de Mato Grosso do Sul, mas uma realidade que o Brasil inteiro vem enfrentando. Sobre esse tema, inclusive, nós temos aqui um especialista, que, em outra oportunidade, poderá nos apresentar a sua visão. Trata-se do presidente da CDL Campo Grande, que acaba de concluir — ou está finalizando — seu MBA justamente sobre esse assunto. Portanto, trata-se de uma pauta muito relevante. Eu gostaria de pedir aos senhores que façam sugestões para a nossa próxima reunião. O que devemos colocar em pauta? Fiquem à vontade para sugerir. É possível que saiam daqui mais de duas ou três propostas e, depois, poderemos fazer uma votação para definir aquilo que será discutido. Porque eu acredito, deputado — e gostaria também de ouvir a opinião dos senhores — que duas pautas por reunião talvez

sejam suficientes, já que os debates acabam se estendendo bastante. Outra sugestão que gostaria de fazer é saber se seria possível realizarmos essas reuniões a partir das 18h30, porque muitos dos presentes, embora representem entidades do setor, também são empresários e permanecem trabalhando em seus próprios negócios, muitas vezes sem a disponibilidade de horário necessária. Inclusive, acredito que esse seja um dos motivos pelos quais vários representantes não puderam estar presentes hoje. Então, se nós conseguíssemos — isso é apenas uma sugestão —, realizar essas reuniões a partir das 18h30, acredito que seria um horário em que o empresário conseguiria se deslocar com mais facilidade. Na verdade, ele continua trabalhando de qualquer sorte, onde quer que esteja ele não para, mas, nesse horário, a empresa já fechou ou está prestes a encerrar suas atividades, o que traz um pouco mais de tranquilidade para a participação de todas as entidades e de todos os setores aqui conosco. Então, deixo essa ponderação quanto ao horário e também deixo aberta a pauta para que possamos escolher, pelo menos, duas ou três matérias para a nossa próxima reunião, além da sugestão de uma data, não é, deputado? Eu não sei com que frequência o senhor sugere que realizemos essas reuniões. Claro que poderão surgir situações extraordinárias que, às vezes, façam com que precisemos atropelar um pouco as nossas datas, mas, pensando nas situações ordinárias, gostaria de saber qual frequência o senhor sugere.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Nós temos, nas Frentes Parlamentares, alguns encaminhamentos que são feitos por meio de grupos de estudo. Assim, as pautas poderão ser apresentadas nos grupos de WhatsApp e, dentro desse grupo, a nossa secretária executiva, Janine, fará a condução das discussões, para que possamos construir coletivamente a pauta. Às vezes surge uma ideia que ainda precisa de alguns alinhamentos e, quando a pauta estiver definida, antes da reunião oficial, poderemos nos reunir na Frente Parlamentar para realizar uma reunião de alinhamento. Muitas vezes trazemos especialistas sobre determinado tema, para que apresentem diferentes cenários, e, a partir disso, a Frente Parlamentar busca construir esse entendimento e elaborar encaminhamentos. Então, como sugestão, essas pautas podem ser colocadas no grupo de WhatsApp. Todos aqueles que estão tomando posse hoje serão incluídos, para que possamos fazer os devidos encaminhamentos. Depois de organizarmos a pauta e concluirmos esse alinhamento, marcamos a próxima reunião. Pode ser assim?

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Eu creio que sim. Leni, quer contribuir?

SENHORA LENI FERNANDES (BPW) — Boa tarde a todos. A minha contribuição é a seguinte: já que nós criamos a Frente Parlamentar do Varejo, o meu pedido é que nós, empresários, tenhamos um maior alinhamento com o Governo, porque, às vezes,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

nós, empresários, parecemos um menino fazendo "arte" e esperando o castigo, já que, muitas vezes, o poder público decide alguma coisa e nós só vamos ficar sabendo depois. Por que não alinharmos tudo isso juntos? Esse é o meu pedido e acredito que isso seria de grande valia para os dois lados. Esse é o meu pedido.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Deputado, o Edmilson gostaria de fazer uso da palavra e, depois, eu gostaria de fazer uma consideração sobre essa questão levantada pela Leni.

DEPUTADO RENATO CÂMARA — Republicanos (coordenador) — Isso é muito importante, Leni. Acho que esse é justamente o papel da Frente Parlamentar: fazermos essa aproximação e, dentro daquilo que está sendo colocado, construirmos esse diálogo. Nós teremos aqui, na Frente, uma discussão muito importante sobre toda a questão das mudanças tributárias, que ainda é uma caixa-preta, e precisamos estar muito afinados com essas mudanças. Muitas vezes, essas ideias e propostas, que já foram apresentadas no Congresso Nacional e no Senado, têm um objetivo, mas, quando são colocadas em prática, existem muitas outras nuances que, às vezes, não foram consideradas e que acabam sendo prejudiciais tanto ao empresário quanto ao setor público. Por isso, precisamos estar muito bem afinados. Essa é uma boa sugestão. Para promover essa aproximação, podemos utilizar o grupo de WhatsApp, onde colocaremos algumas propostas para discussão e, posteriormente, fazermos esse debate de maneira mais alinhada com a Secretaria da Receita, com a Sefaz e com a Secretaria de Fazenda. Com a palavra.

SENHOR JOSEMAR BATTISTI (presidente do Conselho Regional de Contabilidade de MS) — [Início de fala fora do microfone]... Deputado, uma segunda preocupação muito grande que nós temos, tanto como contadores quanto como Conselho Regional de Contabilidade, é a forma de levar esse conhecimento ao micro e ao pequeno empresário, bem como ao prestador de serviços. Nós temos uma preocupação muito grande com quem está na informalidade e que, ao nosso ver, poderá sofrer o maior ônus da tributação. O que temos estudado e observado é que se criou uma falsa ilusão de que quem ganha até cinco mil reais não será tributado. Entretanto, por trás disso, sempre acontece aquela situação de dar com uma mão enquanto a outra pensa em arrecadar. A pessoa pode até não ser tributada pelo Imposto de Renda, mas continuará sendo contribuinte obrigatório da Previdência Social. Então, temos essa preocupação de levar esse conhecimento a essa grande massa de prestadores de serviços que, embora não estejam obrigados ao pagamento do Imposto de Renda, terão seus rendimentos acompanhados pela Previdência Social, que também integra a estrutura do Governo. A exemplo do que aconteceu neste ano, quando todos fomos surpreendidos com a situação envolvendo o Programa Regularize Já, do Governo do Estado, sabemos que esse será o segundo passo em âmbito da União:

acompanhar a movimentação financeira para tributar todos. Tanto é que essa reforma tributária vem sendo chamada de apuração assistida, em que o Fisco acompanha o contribuinte o tempo todo. E aquela pessoa que está na informalidade, aquele profissional autônomo, terá um ônus muito grande, porque será tributada na pessoa física, de qualquer forma. Não importa a origem daquele dinheiro, ela terá que prestar contas ao Fisco, e isso acabará onerando significativamente a prestação dos seus serviços. Por isso, o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais estão preocupados em levar esse conhecimento às camadas mais vulneráveis desses prestadores de serviços, para que eles tenham consciência do que está por vir. Estou falando daquele cabeleireiro, daquela manicure, daquele vendedor do carrinho de cachorro-quente da esquina. Todos eles passarão a ser contribuintes obrigatórios e, hoje, não têm noção do impacto que isso poderá causar em seus negócios. Então, eu entendo que esse é um tema extremamente oportuno para aprofundarmos e levarmos esse conhecimento à sociedade.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Essa é uma contribuição importante. Então, aqui já começa a ser desenhada uma pauta fundamental para a gente discutir na próxima reunião e buscar também ampliar esse debate, com participantes do Governo do Estado e, também, acessando participantes da esfera federal, que foram os que desenharam todo esse novo arcabouço de mudanças, para que a gente não seja pego de "calça curta", como diz o ditado. Então, para encaminhamento, indo agora para o nosso fechamento de propostas, aqui foi colocado, para deliberação, que a gente possa fazer algumas pontuações e aprovações. Antes, porém, quero passar a palavra ao Augusto, para que ele possa fazer as suas considerações, ele que aqui representa o Governo do Estado, por meio da Semadesc.

SENHOR AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO (Semadesc) — Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar o presidente da nossa Frente Parlamentar, deputado Renato Câmara, bem como todas as pessoas que estão aqui. Quero, aqui, em nome do Governo do Estado, agradecer a oportunidade, deputado, de estarmos aqui junto com vocês. É muito importante que o Governo do Estado participe dessa pauta. Desde quando fomos chamados, a Semadesc foi convocada como representante do Governo do Estado, porque nós temos, dentro da nossa estrutura, uma Superintendência de Indústria, Comércio e Serviços. Nós prontamente nominamos os representantes, dos quais sou o titular, e quero dizer que vimos, aqui, os assuntos permearem por todos os poderes constituídos. Começando por esta Casa, deputado, que hoje abriga a Frente Parlamentar, passamos pelo Poder Legislativo e também pelo Judiciário, quando abordamos aqui duas questões muito bem colocadas pela presidente Inês. Parabéns, presidente, pela sua disposição e pela contribuição. E passamos também pelo Poder Executivo, o qual eu

represento aqui. Então, quero dizer que o Governo do Estado está sempre pronto. Muitos dos pontos colocados aqui são, realmente, dores que nós sentimos em razão do nosso crescimento e preocupações que também compartilhamos, como a qualificação de mão de obra, a falta de mão de obra e a questão da infraestrutura logística, como o representante da Setlog, Dorival, colocou. São questões importantes. Assim, quero dizer que o Governo é parceiro. Nós estamos junto à Frente Parlamentar, não só nesta Frente, mas também em outros momentos. Vocês sabem do empenho do nosso governador Eduardo Riedel para que, realmente, o desenvolvimento seja um desenvolvimento sustentável. Nós estamos vivendo um momento muito importante no nosso estado e um ponto muito relevante, que também foi colocado aqui pelo presidente do CRC, Josimar, é a questão da reforma tributária, porque nós também seremos impactados. O nosso estado tomou decisões importantes, mantendo alíquotas de ICMS quando havia a oportunidade de elevá-las para ganharmos competitividade. Porém, isso terá um custo e nós estamos trabalhando, porque muitas coisas, assim como foi colocado aqui, também estão aguardando o momento de serem implementadas, já que todo esse processo, como vocês sabem, está centralizado no Governo Federal e nós somos impactados por ele. Falamos aqui dos empreendedores, e tudo isso faz parte de um contexto muito amplo da nossa economia, da situação do nosso estado e de temas extremamente importantes. Quero deixar registrado que o Governo do Estado está totalmente aberto para receber as contribuições, dar os encaminhamentos necessários e apoiar os encaminhamentos, deputado. Também quero agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês. É muito importante que estejamos presentes para que, realmente, essas iniciativas evoluam. Permitam-me apenas dar um testemunho rápido, deputado, de dois minutinhos. O presidente do CRC, Josimar, falou sobre a questão da Junta Comercial, e eu tive a oportunidade de presidir a Junta Comercial durante oito anos, de 2015 a 2022, período em que passamos por todo um processo, comentado aqui também pelo Luiz Gomes, referente à evolução da prestação de serviços pela Junta Comercial. Nós saímos, deputado, de uma média de trinta e sete dias para abrir uma empresa em nosso estado e, hoje, essa média é de apenas três horas. Então, esse é um processo que também pode acontecer nos cartórios de registro de pessoas jurídicas. Eu creio que essa é uma evolução que precisa acontecer. Foi comentado aqui sobre inteligência artificial e sobre todos os demais mecanismos disponíveis. Assim, antes de finalizar, deputado, eu pedi a palavra para dizer, em nome do Poder Executivo e em nome do Governo do Estado, que estamos juntos e queremos caminhar ao lado de vocês, porque essa é uma pauta voltada ao desenvolvimento e à competitividade de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, deputado. Um abraço a todos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Muito bom. Agradecemos a presença da Semadesc, aqui representando o Governo do Estado. Agora passo a palavra ao Edmilson Verati, para fazer as suas considerações.

SENHOR EDMILSON JONAS VERATI (Sindsuper) — Com o intuito de colaborar com a pauta, eu queria trazer uma preocupação que tenho em relação à formalização efetiva de um comitê técnico, na linha do que o senhor mencionou. O Estado ainda precisa regulamentar muitos pontos da reforma tributária e, em algumas conversas que tive com outros pares, o Governo sempre demonstrou interesse em criar esse comitê, mas ele nunca foi efetivamente constituído. Eu vejo que discutir a regulamentação da reforma tributária no estado sem a participação do Conselho Regional de Contabilidade é um contrassenso, porque isso não faz sentido. Como a informação chegará de forma precisa a todos os contadores e a todos os contribuintes? E como o Estado poderá ouvir a parte técnica e operacional de todas as lojas, da indústria, do comércio e dos demais segmentos, senão por intermédio do Conselho Regional de Contabilidade? Então, eu sugiro que, de fato, seja criado um comitê técnico para discutir a regulamentação da reforma tributária no estado. Acho que já passou da hora de termos esse comitê técnico tratando desse assunto. Refiro-me à regulamentação efetiva, porque, por três vezes, já estive em conversa com o governador e também na Secretaria de Estado de Fazenda, e todos dizem: "Vamos fazer, vamos fazer", mas precisamos dar um passo concreto em direção à criação desse comitê.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Se me permite, deputado, eu estive com o secretário de Estado e até gostaria de ouvir do senhor, aqui representando a Semadesc, se essa informação procede ou não. A comissão de implantação da reforma tributária no estado ainda não foi criada? O senhor sabe me dizer? Pergunto isso porque uma das sugestões que eu faria aqui, deputado, dentro desse tema e de toda essa preocupação, é que a Federação acompanhe a reforma tributária desde o seu nascimento. Nós acompanhamos esse processo em Brasília, por meio das nossas relações institucionais e governamentais, juntamente com as vinte e sete federações do Brasil. E temos uma preocupação muito grande com essa situação, porque nem mesmo os órgãos oficiais sabem, com certeza, como será esse caminho daqui para frente. Nós já iniciamos, neste ano, uma implantação em caráter de teste, mas, no ano que vem, ela já estará valendo. Então, eu até sugeriria, deputado, que, existindo essa comissão ou esse comitê, a Frente Parlamentar tivesse uma cadeira nesse grupo, que poderia ser ocupada, inclusive, por alguém com conhecimento técnico na área contábil ou jurídica, um advogado ou um contador, para que efetivamente possamos levar aos nossos filiados as informações técnicas sobre como essa implantação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO VAREJO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS REALIZADA EM 30/06/2026**

ocorrerá aqui no estado. Então, volto a perguntar à Semadesc — me perdoe, qual é o seu nome?

SENHOR AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO (Semadesc) — Augusto.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Prazer, senhor Augusto. Volto a perguntar ao senhor se o Governo já constituiu essa comissão, porque, quando conversei com o Rodrigo, tive a impressão de que ela já existia, mas essa informação ainda não está muito clara.

SENHOR AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO (Semadesc) — Nós temos, presidente Inês, no âmbito estadual, um comitê, uma comissão, um grupo de trabalho constituído para tratar da implementação daquilo que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal. Entretanto, a própria senhora respondeu parte desse questionamento ao mencionar que muitas coisas ainda estão acontecendo enquanto o processo está em andamento. É como trocar a roda do carro com ele andando. Então, nós temos esse grupo no âmbito dos órgãos do Governo do Estado. E eu estava ouvindo a entrevista do deputado, antes do início da sessão, quando ele falava justamente sobre essa interlocução e sobre o papel da Frente Parlamentar como interface entre os diversos atores aqui representados. Assim, eu creio que este seja o momento de pautarmos essa discussão, deputado, para que possamos levar essa proposta para o Governo do Estado, por intermédio da Semadesc, fazendo a interlocução com a Secretaria de Estado de Fazenda, que é o órgão responsável pela regulamentação tributária no nosso estado. Entretanto, volto a dizer que muitas questões ainda estão em um estágio sobre o qual nós também não temos conhecimento. De toda forma, esse grupo existe e nós temos um representante junto ao Confaz, o Conselho Nacional de Política Fazendária. Assim, podemos tratar dessa preocupação que foi muito bem colocada aqui pelo presidente Josemar, no sentido de fazer com que as informações sobre os impactos da reforma cheguem aos empreendedores. E eu digo isso, inclusive, em nome do Governo do Estado. É isso. Permanecemos totalmente à disposição para fazer essa interlocução.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Perfeito.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Como encaminhamento, nós podemos levar essa discussão ao secretário Flávio e, atendendo ao pedido da presidente, indicar um representante da Frente Parlamentar para participar dessas discussões. Dessa forma, esse representante manterá a Frente Parlamentar atualizada sobre os encaminhamentos que estiverem sendo adotados, permitindo que

possamos cumprir um papel útil ao estado, discutindo previamente com o setor que será impactado. A ideia é não esperar que o setor seja atingido para, só depois, correremos atrás de ajustes, mas, sim, nos anteciparmos aos acontecimentos, exatamente como já foi colocado aqui na Frente. Então, como encaminhamento, também faço essa proposta. Passo a palavra ao senhor Edmilson.

SENHOR EDMILSON JONAS VERATI (Sindsuper) — Um segundo ponto. Excelente essa questão da reforma tributária. Há um segundo tema, um pouco mais sensível, mas inevitável de ser trazido. Hoje existem mais de cem supermercados — estou falando especificamente do nosso segmento, porque é o que eu conheço, embora seja importante destacar que esta Frente Parlamentar reúne várias entidades e diversos segmentos, e pode ser que os colegas também enfrentem situação semelhante. Hoje existem mais de cem supermercados, fora do Programa Regularize Já do Governo do Estado, recebendo multas. E não estou falando de autos de infração; são multas. Existe uma necessidade de regulamentação tecnológica por parte do Estado, especialmente em relação ao Pix. Vou dar um exemplo: uma empresa que possui dez filiais está, na prática, sendo obrigada a abrir dez contas correntes, o que não corresponde à realidade operacional. Imagine uma empresa com quarenta lojas: teria que abrir quarenta contas correntes. Por que estou dizendo isso? Porque a Secretaria de Estado de Fazenda identifica essas operações da seguinte forma: a empresa utiliza apenas a conta corrente da matriz, o que é um procedimento operacional e legalmente permitido, e todas as transações via Pix realizadas pelas filiais são creditadas nessa única conta da matriz. A Sefaz cruza os dados das vendas com a movimentação da conta bancária e conclui: "Movimentou cinco vezes o valor das vendas". Em seguida, já aplica a multa. Não lavra um auto de infração para que a empresa possa justificar a situação; aplica diretamente a multa. Há casos de empresários que venderam uma carreta, três carretas ou cinco carretas pertencentes ao patrimônio da empresa e, como esses valores necessariamente passam pela conta bancária, a Sefaz considera essas operações como se fossem vendas de mercadorias, tributando-as em 17%. Gente, isso é um absurdo. Depois, a empresa apresenta recurso, mas o auditor responde que está tudo correto e que o procedimento é esse mesmo. O resultado é que empresários acabam firmando contratos de trezentos mil, quinhentos mil ou até oitocentos mil reais com escritórios de advocacia para recorrer administrativamente perante o Estado. Então, pela falta de compreensão da tecnologia do Pix, que ainda é relativamente nova, essas autuações estão penalizando as empresas e obrigando-as a contratar escritórios extremamente caros para se defender perante o Fisco, quando, na verdade, elas não devem esses valores. Por isso eu disse que esse é um tema mais sensível. São centenas de empresas enfrentando esse problema. Não estou falando do Regularize, que é outra questão gigantesca, sobre a qual eu não tenho conhecimento técnico para comentar. Estou

falando de empresas grandes, com dez, vinte, trinta ou quarenta filiais, que estão sofrendo com multas pesadíssimas porque tudo o que transita pela conta corrente da matriz é comparado com o valor das vendas e tributado em 17%. O nosso segmento possui, em média, 86% de substituição tributária e nem isso a Sefaz considera, mas considera apenas o valor global de 17%. Então, isso é um absurdo tributário que está acontecendo, uma penalidade terrível imposta a empresas regulares e que está onerando absurdamente essas empresas no estado, porque o Fisco não consegue enxergar a mudança tecnológica que ocorreu e também não consegue compreender o comportamento operacional das empresas. E o ponto principal é: qual é o canal que os empresários têm para conversar sobre isso? Não existe.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — A Frente Parlamentar, não é, deputado?

SENHOR EDMILSON JONAS VERATI (Sindsuper) — Hoje não existe, deputado. Não existe! Os empresários estão tendo que contratar escritórios de advocacia e eu conheço contratos firmados de até oitocentos mil reais apenas para fazer essa defesa, porque não existe essa interlocução com a Sefaz. Então, esse é um problema crônico que os empresários vêm sofrendo e, felizmente, hoje nós temos aqui uma porta de entrada para discutir esses assuntos sensíveis do estado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Muito bom.

SENHOR LUÍZ GOMES (Creci/MS) — Se me permite, eu queria apenas deixar um recado, porque, infelizmente, terei que me ausentar. Tenho um voo agora às 18h. Quero deixar registrado que o Creci está à disposição. Hoje o Creci representa dezoito mil profissionais e um setor que movimenta cerca de 10% do PIB do nosso estado. É uma entidade de peso, de relevância, e que se sente muito honrada em estar ombro a ombro com os senhores e as senhoras nessa luta. Podem contar conosco e com todos os nossos colegas corretores de imóveis. Peço licença e desculpas por ter que me retirar às pressas, mas preciso correr para o aeroporto. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — OK. Obrigado pelas suas contribuições. Depois, esta reunião ficará registrada no nosso canal do YouTube. Boa viagem. Agora, continuando os trabalhos, pode fazer suas considerações, Josimar.

SENHOR JOSEMAR BATTISTI (presidente do Conselho Regional de Contabilidade de MS) — Obrigado, deputado. Verati, apenas complementando a sua fala, realmente está acontecendo esse impasse. O Fisco está notificando e autuando

contribuintes indevidamente e existe uma preocupação muito grande da nossa parte. Nós já buscamos uma pauta junto ao Governo do Estado justamente para tentar fazer com que os contadores sejam ouvidos antes da adoção de um procedimento como esse. Porque, se os contadores tivessem sido ouvidos, possivelmente não estaríamos enfrentando esse desgaste. Talvez, para o estado, isso não represente um custo, mas, para o contribuinte, que já enfrenta tantas dificuldades, o custo para se defender de algo que não deve é extremamente elevado. Nós temos acompanhado essa situação no dia a dia e ela ocorre com uma frequência bastante comum. Aproveitando a presença do senhor Augusto, da Semadesc, eu gostaria de fazer também um apelo. Nós costumamos dizer que quem efetivamente fará a reforma tributária acontecer, na prática, serão os contadores. A partir do ano que vem, estaremos trabalhando com dois sistemas simultaneamente e grande parte dos nossos profissionais não dispõe, hoje, de condições financeiras para realizar os investimentos necessários. O nosso parque de informática precisará ser modernizado em um nível que, até pouco tempo, era inimaginável. Então, eu até deixo como sugestão, para uma outra oportunidade, que a Semadesc estude a possibilidade de disponibilizar, por meio do FCO, algum recurso para que os profissionais da contabilidade possam se qualificar e, sobretudo, modernizar os seus parques de informática. [Fala fora do microfone]... Senhor Augusto, hoje nós temos, em nível estadual, pouco mais de oito mil profissionais de contabilidade devidamente registrados. Desses, contamos com aproximadamente dois mil e seiscientos escritórios de contabilidade constituídos como pessoa jurídica. Então, precisamos verificar se é possível ampliar esse leque de financiamento do FCO para contemplar também a pessoa física, porque ainda temos muitos profissionais da contabilidade atuando como autônomos, sem a formalização devida. Estamos trabalhando muito nesse sentido, até porque, para efeito tributário, esses profissionais também precisarão se adequar. Agradeço. Muito obrigado!

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Henrique, a palavra está com o senhor para suas considerações.

SENHOR HENRIQUE JOSÉ FERNANDES (presidente do Sindcfcms) — Presidente, serei breve. Primeiramente, trago o abraço do nosso presidente da Federação do Comércio, Juliano Wertheimer. Quero dizer que a Federação está muito feliz com o convite e que estaremos à disposição para colaborar com todos. Aproveitando, gostaria apenas de fazer uma observação ao nosso amigo Dorival, da Setlog/MS. Eu sou presidente do Sindicato das Autoescolas do Estado e, infelizmente, tivemos todo o nosso trabalho sucateado pelo Governo Federal. Só para ilustrar rapidamente: hoje, nas categorias C, D e, que são justamente aquelas relacionadas à demanda mencionada por ele, nós não podemos mais ensinar o aluno a dar marcha à ré. Ou seja, os motoristas estão sendo

formados sem conseguir dar ré em caminhão, ônibus ou carreta. Vejam a que ponto chegamos. Nós procuramos o Detran porque a resolução federal não proíbe essa prática. Ela apenas não a exige. Portanto, se o Detran quiser, pode mantê-la. Infelizmente, o nosso Detran não teve esse olhar, que considero extremamente importante, principalmente para as categorias mais elevadas de habilitação. Assim, hoje estamos formando motoristas que, sinceramente, vão causar preocupação. E, no fim das contas, quem terá que corrigir essa deficiência será o Sest/Senat, que poderá oferecer esse treinamento sem custo. Era apenas essa contribuição. O nosso setor também possui muitas demandas, mas deixaremos essas discussões para uma próxima reunião. Muito obrigado!

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (coordenador) — Temos muito trabalho pela frente. A Frente Parlamentar, Adelaido, tem muito trabalho pela frente. Presidente, caminhando para o nosso encerramento, passo às deliberações. Temos, inicialmente, a aprovação da moção de apoio ao aperfeiçoamento normativo da Lei nº 9.099. Todos de acordo? Aprovado. Temos, também, o encaminhamento da presente nota técnica à Bancada Federal de Mato Grosso do Sul, para eventual apresentação de projeto de lei federal. Todos de acordo? Não havendo voto contrário, aprovado. Na sequência, submeto à deliberação a remessa de proposta ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, ao Conselho de Supervisão dos Juizados, à Defensoria Pública e às demais instituições que compõem o sistema de Justiça. Em votação. Quem for contrário, manifeste-se. Não havendo manifestação, aprovado. Também coloco em votação a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa sobre o acesso à Justiça e a simplificação dos procedimentos nos Juizados Especiais. Não havendo voto contrário, aprovado. Temos ainda a solicitação de estudos técnicos voltados à uniformização de procedimentos nessa matéria em âmbito estadual. Essa proposta, presidente, poderemos discutir juntamente com a Semadesc. Trata-se de um tema importante e será interessante trazer outros atores para que possamos construir esse estudo técnico em conjunto com as demais instituições. Como deliberação, também saímos desta reunião com a proposta de participação da Frente Parlamentar no Comitê da Reforma Tributária. A Janine está registrando tudo, a reunião está sendo taquigrafada, e aproveito para agradecer a todos os nossos servidores. Há ainda outra deliberação, relacionada ao ponto levantado pelo Edmilson, referente à discussão das questões tributárias e da forma como algumas empresas estão sendo multadas por terem uma conta única de Pix. Precisamos ter essa compreensão, essa justificativa, entender por que não existirem outras contas, caso isso esteja regulamentado. Porque, quando não há regulamentação, a deliberação acaba ficando muito pessoal e muito a cargo de quem está analisando o processo, sem que exista uma padronização legal aplicável a todos os empresários. Cada um acaba tendo um entendimento diferente. Nós já conseguimos isso

em outras Frentes Parlamentares, inclusive por meio de várias notas técnicas do Judiciário — que é um outro caso — relacionadas à atuação dos cartórios na regularização fundiária. Dependendo do cartório, havia um entendimento diferente. Então, quando temos uma regulamentação padronizada, não cabem mais outras interpretações, senão aquela que já foi deliberada. Diante disso, Luiz, nós podemos, aqui na Frente Parlamentar, criar um grupo de estudo, um grupo técnico, para elaborar essa proposta. Já fizemos isso em vários outros temas. Não se trata de querer regulamentar diretamente a matéria, mas de construir, no âmbito da Assembleia Legislativa e da Frente Parlamentar, uma proposta de regulamentação para ser submetida ao Governo do Estado, contando, inclusive, com a participação da Semadesc. Por quê? Porque o que temos percebido nas Frentes Parlamentares é que, quando entregamos uma proposta ao Governo do Estado, ela já chega amadurecida, construída com a participação das entidades e dos setores envolvidos naquele assunto. Assim, torna-se muito mais fácil para o Governo assimilá-la, ao invés de ocorrer o contrário, ou seja, o Estado apresentar uma proposta para depois ela ser absorvida pelo contribuinte. Portanto, este é o local apropriado para essas deliberações. Como proposta, então, apresento também a criação desse grupo de estudo, para que possamos encaminhar ao Estado a nossa proposta. Estão de acordo? Em votação. Aprovadas essas deliberações. Presidente, ficou algum assunto tratado durante a reunião que não tenhamos contemplado? Temos ainda tempo hábil dentro da programação da TV Alems, que está ao vivo, mas precisamos caminhar para o encerramento, para que a emissora possa dar continuidade à sua programação.

SENHORA INÊS SANTIAGO (presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de MS) — Não sei se passou e eu não ouvi, mas nós votamos a viabilidade de criação da nova serventia?

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Republicanos (proponente) — Coloco em votação o encaminhamento da reivindicação para a criação de uma nova serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Não havendo voto contrário, está aprovado, presidente. Muito obrigado. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Foi uma reunião muito produtiva, com a Frente Parlamentar cumprindo a sua missão; a Assembleia Legislativa se aproximando da sociedade e, também, a sociedade se aproximando da Assembleia Legislativa. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Está encerrada (16h56min).